

BOLETIM

AUDITORIA COMPARTILHA

Auditoria Compartilha - Edição nº 010/2021

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Outubro

NORMATIVOS INTERNOS

Portarias

CRIAÇÃO DE SETOR

[Portaria nº 2467, de 22 de Outubro de 2021](#)

Criar o Escritório de Implantação e Gerência de Sistemas subordinado à Coordenadoria de Sistemas de Informação Reitoria.

DIA DO SERVIDOR PUBLICO

[Portaria nº 2473, de 25 de Outubro de 2021](#)

Transferir o ponto facultativo no IFS, referente ao Dia do Servidor Público

EXAMES DE PROFICIÊNCIA

[Portaria nº 2381, de 14 de Outubro de 2021](#)

Autorizar Exames de Proficiência, apenas para os estudantes formandos/concludentes em 2021.2.

Conselho Superior

AFASTAMENTO AOS SERVIDORES

TAE's

[Resolução CS/ IFS nº 96, de 14 de outubro de 2021](#)

Altera, ad referendum, o Regulamento de Concessão de Afastamento aos servidores Técnicos Administrativos em Educação – TAEs, no âmbito do IFS, para participação em programas de Pós-graduação stricto sensu.

RETOMARA DAS ATIVIDADES

PRESENCIAIS

[Resolução CS/ IFS nº 97, de 27 de outubro de 2021](#)

Dispõe sobre o Plano de Retomada às atividades presenciais no âmbito do IFS.

NORMATIVOS EXTERNOS

DECISÃO COORDENADA e CAPACIDADES GERENCIAIS.

[LEI Nº 14.210, DE 30 DE SETEMBRO DE](#)

CARGOS COMISSIONADOS.

[DECRETO Nº 10.829, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021.](#)

[2021.](#)

Acrescenta o Capítulo XI-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da administração pública federal.

CORONAVÍRUS e RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 90, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021.](#)

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

PROVA DE VIDA.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 91, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.](#)

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, relacionadas à prorrogação do prazo de atualização cadastral destinada a comprovação de vida de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, de que trata a Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020.

CORONAVÍRUS.

[LEI Nº 14.215, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021.](#)

Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.

Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

CORONAVÍRUS e COMPRAS PÚBLICAS.

[LEI Nº 14.217, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.](#)

Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

GESTÃO DE PESSOAS e MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL.

[DECRETO Nº 10.835, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.](#)

Dispõe sobre as cessões, as requisições e as alterações de exercício para composição da força de trabalho em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

INFORMATIVOS

Notícias

SUBCONTRATAÇÃO.

[É possível subcontratar quando órgão ou entidade da Administração foi contratado por dispensa de licitação?](#)

DECLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA.

[Se o pregoeiro verificar que determinado item de lote foi especificado incorretamente pode excluí-lo e continuar a sessão?](#)

EDITAL DE LICITAÇÃO e REGRAS DE COMPETÊNCIA.

[Quem assina o instrumento convocatório?](#)

ESTATAIS e VIGÊNCIA CONTRATUAL.

[Empresas estatais podem firmar contratos de fornecimento com vigência maior que 12 meses?](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E

ESTATAIS e CONTRATAÇÃO DIRETA.

[Estatais: decisão do TCU sobre a contratação de consultorias técnicas especializadas.](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS e CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

[6 pontos sobre contratação integrada e semi-integrada na nova Lei de Licitações que você precisa saber.](#)

CONTRATOS.

[O mito do planejamento exorbitante na Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações: a alocação de riscos e a variação cambial – segurança jurídica para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, Lei nº 14.133/2021: o dever de atender que as normas jurídicas não se confundem com a simples letra da lei. e As contratações diretas devem ser precedidas de avaliação pela assessoria jurídica de acordo com a Lei nº 14.133/2021?](#)

Artigos

CONTROLE EXTERNO, COMPRAS PÚBLICAS e DIREITO COMPARADO.

[A competência do tribunal de contas no controle de processos de concorrência pública no Brasil e na França.](#)

GESTÃO DE RISCOS.

[Gestão de Risco: estudo de caso sobre os desafios na implantação e implementação.](#)

ARTICULAÇÃO ADMINISTRATIVA e CULTURA ORGANIZACIONAL.

[Articulação administrativa: por uma reforma cultural da administração pública.](#)

CONTROLE EXTERNO, CONSENSUALISMO e TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO.

[Tribunais de contas e termo de ajustamento de gestão o consensualismo no direito administrativo sancionador de contas.](#)

COMPRAS PÚBLICAS.

[Aplicação de métodos e ferramentas de gestão aos processos de contratação na administração pública.](#)

COMPLIANCE.

[Compliance Officer e Efetividade: sobre as condições necessárias para garantir a ação efetiva do programa de Compliance.](#)

COMPRAS PÚBLICAS e COOPERAÇÃO.

[A Cooperação Na Contratação Pública Como Fator Potenciador De Uma Justiça Mais Eficiente.](#)

ERRO GROSSEIRO.

[Requisitos para a configuração de erro grosseiro do parecerista jurídico pelo Tribunal de Contas da União.](#)

TELETRABALHO.

[Experiência bem-sucedida de teletrabalho na administração pública – o caso de um órgão do judiciário brasileiro.](#)

COMPRAS PÚBLICAS.

[Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado.](#)

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.

[Qualidade de Vida no Teletrabalho Obrigatório em Organizações Públicas: preditores individuais.](#)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

[Improbidade administrativa na contemporaneidade: a realidade das inovações disruptivas na gestão pública.](#)

CAPACITAÇÃO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA
AUDITORIA E	Comissão de PAR	30h

CONTROLE	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia (ENAP)	40h
	Controle Social (ENAP)	20h
	Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos (ENAP)	30h
	Controles na Administração Pública	30h
	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (ENAP)	20h
DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental (ENAP)	20h
	Gestão do Conhecimento no Setor Público	20h
	Análise de dados como suporte à tomada de decisão	30h
	Redação Oficial: Tópicos Essenciais	20h
	Análise de Dados em Linguagem R	20h
	Noções Gerais de Direitos Autorais (ENAP)	10h
DESENVOLVIMENTO O GERENCIAL	Inteligência Emocional	50h
	Ágil no contexto do serviço público	15h
	Habilidades para resolver problemas	20h
	A liderança pública em tempos de crise	10h
	Gestão Pessoal – Base da Liderança (ENAP)	50h
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA	Temos que dar aulas remotas... E agora?	10h
	Fundamentos e Metodologia da Educação Corporativa	40h
	Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line	20h
	Formação de facilitadores de aprendizagem	40h
	Desenho Instrucional	40h
	PNLD Literário	10h
	PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático	30h
	Etapas e procedimentos PNDL	30h
A construção dos livros didáticos do PNLD	30h	

ÉTICA E CIDADANIA	Ética e Serviço Público (ENAP)	20h
	Acessibilidade em espaços edificados de uso público	20h
	Introdução à Audiodescrição	40h
	Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil	20h
	Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?	20h
	Primeiros passos para uso de Linguagem Simples	8h
	Introdução à Libras (ENAP)	60h
GESTÃO DE PESSOAS	e-Social para Órgãos Públicos – RPPS (ENAP)	20h
	Provas no Processo Administrativo Disciplinar (ENAP).	20h
	SIAPE Cadastro (ENAP)	40h
	SIAPE Folha (ENAP)	40h
	Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD (ENAP)	40h
	Introdução à gestão baseada em competências	40h
	Noções Básicas em Previdência Complementar	25h
	Gestão por Competências	40h
	FUNPRESP – A Previdência Complementar do Servidor Público Federal (ENAP)	40h
	Teletrabalho e Educação a Distância	08h
	Noções básicas do Trabalho Remoto	10h
	Gestão de Equipes em Trabalho Remoto	20h
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Microeconomia	20h
	Estatística	20h
	Matemática Financeira	20h
	Macroeconomia	20h
	Planejamento Governamental	20h
GESTÃO ESTRATÉGICA	Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - Siorg	20h
	Planejamento Estratégico para	

	Organizações Públicas (ENAP)	40h
	Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos	20h
	Introdução à Gestão de Projetos	20h
	Estruturas de Gestão Pública	30h
	Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 (ENAP)	20h
GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS	Gestão em Ouvidoria (ENAP)	20h
	Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias (ENAP)	20h
	Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)	20h
	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria (ENAP)	20h
GOVERNO DIGITAL E TRANSPARÊNCIA	Defesa do Usuário e Simplificação (ENAP)	20h
	Sistema Eletrônico de Informações – SEI! USAR (ENAP)	20h
	Governo Aberto (ENAP)	40h
	Direito e Novas Tecnologias	05h
	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (ENAP)	10h
	Acesso à Informação (ENAP)	20h
	Avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serviços públicos	20h
	Governança de Dados	30h
	Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	15h
	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR	20h
	Portal Gov.Br	40h
INOVAÇÃO	Administração de Serviços na Nuvem de Governo	15h
	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público (ENAP)	10h
LOGÍSTICA E COMPRAS PÚBLICAS	Design Thinking para Inovação em Governo	10h
	Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus (ENAP)	60h
	Formação de Pregoeiros	20h
	Noções Introdutórias de Licitação e	

	Contratos Administrativos (ENAP)	30h
	Sustentabilidade na Administração Pública	28h
	Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações	30h
	Fiscalização na Gestão do Patrimônio da União	45h
	SCDP - Solicitação de Afastamento do Servidor	20h
	SCDP - Aprovação e Pagamento	25h
	Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos	32h
	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	40h
ORÇAMENTO E FINANÇAS	Básico em Orçamento Público (ENAP)	30h
	Introdução ao Orçamento Público (ENAP)	40h
	Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (ENAP)	30h
	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (NRF)	30h
	Siafi Básico	35h
	Gestão de Finanças Pessoais	20h
	Orçamento Público	40h
	Siafi Ordens Bancárias	30h
	Gestão Orçamentária e Financeira	20h
	Contabilidade com Foco na Gestão do Patrimônio Público	21h
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	eMAG Conteudista (ENAP)	20h
	eMAG Desenvolvedor (ENAP)	30h
	Mundo Conectado? Manual de Sobrevivência	10h
	Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público	20h
	Learning with Python	20h

JULGADOS

Controles e Governança

PESSOAL. ATO SUJEITO A REGISTRO. DECISÃO JUDICIAL. AÇÃO CIVIL. ASSOCIAÇÃO CIVIL. ABRANGÊNCIA. LEGITIMIDADE.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 372

ACÓRDÃO 12096/2021 PRIMEIRA CÂMARA

Os efeitos de decisão judicial em ação ordinária movida por associação civil sobre atos sujeitos a registro somente alcançam os interessados que: i) se encontravam filiados à entidade na data de protocolo da ação; e ii) tenham apresentado autorização expressa para que a entidade os representasse na demanda judicial.

DIREITO PROCESSUAL. CITAÇÃO. VALIDADE. DÉBITO. ALTERAÇÃO.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 372

ACÓRDÃO 12135/2021 PRIMEIRA CÂMARA

Depois de citado o responsável, eventual elevação do valor do débito decorrente de nova apuração não impede a condenação pelo valor original, dispensando-se nova citação, desde que a diferença entre os dois montantes não seja significativa, em observância aos princípios da racionalização administrativa e da economia processual.

SOLUÇÃO DE CONSULTA, CONCURSO PÚBLICO e TETO DE GASTOS.

ACÓRDÃO Nº 2313/2021 – TCU – Plenário.

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que todas as despesas com a realização de concursos públicos devem ser consideradas integralmente na base de cálculo do Teto de Gastos e computadas para a aferição do seu cumprimento, por se tratar de despesas primárias não excepcionadas pelo exaustivo rol de exclusões estabelecido no § 6º do art. 107 da Constituição Federal (ADCT);

Licitações e Contratos

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL e ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

ACÓRDÃO Nº 2229/2021 – TCU – Plenário.

1.6.2. dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades/falhas, (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.6.2.1. ausência de comprovação, no processo de licitação ou no instrumento convocatório, de que as parcelas indicadas (...) são, simultaneamente, parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, e guardam proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, de acordo com a Súmula 263 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão 1.309/2014-Plenário;

1.6.2.2. ausência de justificativa técnica e

SISTEMA S e PREGÃO ELETRÔNICO.

ACÓRDÃO Nº 2297/2021 – TCU – Plenário.

9.3. recomendar (...), que estabeleça, em seu regulamento de licitações e contratos, a modalidade eletrônica do pregão como preferencial, em consonância com a Lei 14.133/2021, art. 17, § 2º, no intuito de dotar os certames de maior competitividade;

LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. CAPACIDADE TÉCNICO -

OPERACIONAL. QUANTIDADE. SOMA.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 374.

ACÓRDÃO 2291/2021 PLENÁRIO

A vedação, sem justificativa técnica, ao somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos exigidos na qualificação técnico-operacional contraria

de indicação da base de cálculo do percentual de 50% (...) conforme Súmula 24 do TCE (SP) e Acórdão 2.924/2019-Plenário;

os princípios da motivação e da competitividade.

Gestão de Pessoas

PESSOAL. TEMPO DE SERVIÇO. TRABALHO RURAL. APOSENTADORIA. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECOLHIMENTO. EFICÁCIA. AVERBAÇÃO.

**[BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 372](#)
[ACÓRDÃO 2073/2021 PLENÁRIO](#)**

Ainda que o tempo de serviço rural, com base em certidão emitida pelo INSS, tenha sido averbado pelo órgão sem a comprovação do recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias, a averbação só se torna válida, perfeita e eficaz para fins do aproveitamento desse tempo para aposentadoria estatutária com a prova do pagamento. Em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo em que forem reunidos os requisitos para a concessão do benefício, entre os quais se inclui, para aposentadoria estatutária com contagem recíproca de tempo de serviço rural, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias à época da realização da atividade rural ou, a posteriori, de forma indenizada (Súmula TCU 268).

Fontes:

[IFS](#)

[Ementário de Gestão Pública - EGP](#)

[Escola Virtual Gov - EVG](#)

[Instituto Legislativo Brasileiro - ILB](#)

RESPONSABILIDADE. AGENTE PÚBLICO. HIERARQUIA. ORDEM. MANIFESTA ILEGALIDADE.

**[BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 373.](#)
[ACÓRDÃO 2146/2021 PLENÁRIO](#)**

O dever de observância à hierarquia não elide a responsabilidade de servidor público pela prática de irregularidades decorrentes do cumprimento de ordens manifestamente ilegais, a exemplo do atesto em notas fiscais sem a efetiva entrega dos bens adquiridos ou serviços prestados.

Unidade de Auditoria Interna do IFS

"Aqui se faz controle preventivo!"



This email was sent to *|EMAIL|*
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

|LIST:ADDRESSLINE|

|REWARDS|